

Quase 2 milhões de baianos vivem na extrema pobreza

IBGE aponta aumento da desigualdade

Embora tenha a quarta maior população do país, estado é líder em número absoluto de pessoas que vivem com menos de R\$ 145 por mês

MAIS, PÁGS. 14 E 15

BAHIA TEM 13% EM EXTREMA POBREZA

Das agências

REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

São 1,9 milhão de pessoas extremamente pobres no Estado

O Brasil atingiu um nível recorde de pessoas vivendo em condições de miséria no ano passado, 13.537 milhões de brasileiros, contingente maior do que toda a população da Bolívia. Na Bahia, quatro em cada dez baianos (42,9% da população) e um em cada cinco soteropolitanos (22,3%) vivem nessa condição. Em números absolutos, são 6,3 milhões de pobres e 1,9 milhão de extremamente pobres no Estado.

Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais (SIS)

2019, com base em dados de 2018, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a SIS 2019, o país tem mais miseráveis do que a soma de todos os habitantes de países como Portugal, Bélgica, Cuba ou Grécia.

“A pequena melhora no mercado de trabalho não está chegando a essas pessoas, está pegando pessoas já numa faixa (de renda) mais alta. A extrema pobreza cresce”, ressaltou André Simões, gerente da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

A pesquisa do IBGE considerou a classificação do Banco Mundial para a pobreza extrema, ou seja, pessoas com rendimentos inferiores a US\$ 1,90 por dia, o equivalente a cerca de R\$ 145,00 mensais (pelo método de paridade de poder de compra) no Brasil. Na Bahia, essa linha do Banco Mundial equivalia, em 2018, a um ganho mensal

●● A pequena melhora no mercado de trabalho não está chegando a essas pessoas, está pegando pessoas já numa faixa mais alta. A extrema pobreza cresce André Simões

Gerente da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, ao comentar os dados da Síntese de Indicadores Sociais - SIS 2019, que leva em consideração os dados por estado coletados em 2018.

de apenas R\$ 143. “O principal programa de redução de pobreza do Brasil tem uma linha de corte de R\$ 89,00. Mesmo a pessoa recebendo Bolsa Família, ela vai estar abaixo de uma linha de pobreza global. Está bastante longe dos R\$ 145,00. A linha usada para administração do Bolsa Família está abaixo da linha de pobreza internacional”, lembrou Leonardo Athias, técnico também na Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

Segundo Marcelo Neri, diretor da FGV Social e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a extrema pobreza vem crescendo nos últimos anos em função de uma deterioração do mercado de trabalho, que penalizou especialmente trabalhadores com menor escolaridade, mas também porque o Bolsa Família estaria defasado.

“Isso implica que os beneficiários estejam recebendo

POBRES

13.5

milhões de pessoas viviam na miséria no Brasil, em 2018.

4,5%

dos brasileiros viviam abaixo da linha de extrema pobreza, em 2014. Em 2018, esse percentual mudou para 6,5%. Em números absolutos significa que...

4,5

milhões de brasileiros passaram a viver na miséria em quatro anos.

menos, mas também há menos pessoas recebendo o benefício. Teve melhora na eficácia, o governo passou um pente-fino. Mas muita gente deixou de ter renda com a crise e o desemprego, e o Bolsa Família não foi uma rede de proteção eficiente para segurar todas essas pessoas que passaram à extrema pobreza", avalia Néri.

MAIS MISERÁVEIS

O programa Bolsa Família, voltado para a redução da extrema pobreza, atende às famílias com renda per capita de até R\$ 89 mensais. Famílias com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais podem ser contempladas apenas se tiverem crianças ou adolescentes até 17 anos. O percentual de famílias que recebem Bolsa Família caiu em sete anos, segundo o IBGE, passando de 15,9% , em 2012, para 13,7%, em 2018.

O total de miseráveis no país vem crescendo desde que começou a crise, em 2015. Em 2014, 4,5% dos brasileiros viviam abaixo da linha de extrema pobreza. Em 2018, esse percentual subiu ao patamar recorde de 6,5%. Em quatro anos de piora na pobreza extrema, mais 4,5 milhões de brasileiros passaram a viver na miséria, a maioria pretos ou pardos.

RECORDISTA ABSOLUTA

Embora tenha a quarta maior população total do país, a Bahia era, em 2018, o estado com maior número absoluto

de pessoas abaixo da linha de pobreza. Em termos percentuais (42,9%) tinha a sétima maior proporção de pobres do Brasil. Dentre os estados, Maranhão (53,0%), Alagoas (48,4%) e Amapá (45,8%) tinham os maiores percentuais de pessoas abaixo da linha de pobreza; enquanto Santa Catarina (8,0%), DF (13,1%) e Rio Grande do Sul (13,1%) tinham os menores.

Dentre as capitais, Macapá/AP (39,2%), São Luís/MA (32,6%) e Recife/PE (31,4%) têm os maiores percentuais de pessoas abaixo da linha de pobreza. No outro extremo, Florianópolis/SC (4,1%), Curitiba/PR (8,4%) e Goiânia/GO (8,8%), os menores.

Tanto na Bahia, quanto no resto do Brasil, o percentual de pobres, embora ainda elevado, caiu em 2018 pela primeira vez depois de três anos de crescimento.

Nos dois casos, porém, a redução ainda está bem distante do menor patamar da série de medições do SIS (iniciada em 2012), que foi o índice verificado em 2014.

Naquele ano, 37,5% dos baianos e 22,8% dos brasileiros estavam abaixo da linha de pobreza.

Mesmo que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresça, em média, 2,5% ao ano até 2030 sem que haja concentração de renda, o país ainda terá ao fim da próxima década o mesmo contingente de miseráveis de 2014.

Mercado informal de Salvador tem mais mulheres que homens

Depois de quatro anos como proprietária de uma loja de confecções na Barra, quando os filhos ainda eram pequenos, a agora aposentada Maria Leitão, 62 anos, moradora do bairro de Dom Avelar, mudou o segmento de trabalho e entrou para o grupo dos trabalhadores informais de Salvador, para complementar a renda da família.

Ela não é a única. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2019, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados relativos a 2018, a taxa de informalidade no mercado de trabalho na capital baiana atingiu a marca de 40,3%. As mulheres representam 40% desse universo. Elas são 2,7% a mais que os homens, que representam 37,7%.

Dona Maria faz parte dessa estatística há 27 anos, quando deixou a loja de confecções para se tornar vendedora em uma barraca de frutas e verduras, junto com os irmãos, no Itaigara.

Pensando em ter uma carga horária mais flexível, com tempo de sobra para se dedicar à saúde e aos filhos, ela, que deixou de pagar o aluguel da loja e gerir funcionários, agora atende, confere mercadorias e faz entregas das compras dos clientes nos condomínios da região.

“Eu tinha funcionários, despesas com impostos, mas ainda assim dava para sobreviver. Mesmo assim, decidi vir trabalhar com meu irmão, ter mais tempo de fazer outras coisas, ir ao médico sempre que pudesse. O aluguel era caro, meus filhos eram pequenos na época, não dava mais para manter”, diz.

PERFIL

Segundo a supervisora de disseminação de informações do IBGE, Mariana Viveiros, os perfis dos trabalhadores informais da Bahia e de Salvador são semelhantes aos encontrados no restante do país, com algumas ressalvas, pois os estados possuem características diferentes.

Ela acrescenta que os setores com os principais índices de informalidade tanto no país quanto no estado são as áreas domésticas, agropecuária, alimentação, alojamento e construção.

“No Brasil, os trabalhadores informais que não possuem tanta instrução, ou seja, não concluíram o segundo grau escolar, representam cerca de 60,8%. Já os que possuem nível superior completo representam 22,1%. Não dispomos de dados específicos para a Bahia, mas como no resto do país, esses são setores que tem os principais índices de informalidade”, pontua.

DOMÉSTICOS E AGRO

Ainda segundo os dados da SIS 2019, na Bahia, a taxa de informalidade no mercado de trabalho é de 56,7%. Entre as áreas específicas, os trabalhadores de serviços domésticos representam 72,2% dos informais; enquanto na agropecuária, são 66,9% de informais.

Formado em Contabilidade, Neicifran Nascimento, 24, conseguiu um trabalho na área logo que conseguiu a graduação. No entanto, há dois anos ele foi demitido da empresa onde trabalhava e decidiu trabalhar



●● Tinha funcionários, despesas com impostos, mas ainda assim dava para sobreviver. Mesmo assim, decidi vir trabalhar com meu irmão, ter mais tempo de fazer outras coisas, ir ao médico sempre que pudesse Maria Leitão

Ex-dona de loja agora vende frutas.

por conta própria. Mas, ao contrário do que muita gente costuma fazer, não empreendeu na área de formação, montou uma barraca de hortifrutis no Vale das Pedrinhas, onde mora. Apesar de seguir na informalidade, ele garante que consegue faturar mais do que quando tinha carteira assinada.

Assim como Neicifran, a ex-auxiliar administrativa Ivete dos Reis, 49, que trabalhou em empresa cinco anos, montou o próprio negócio em casa. Ao ser demitida, seguiu o conselho dos amigos e familiares e expandiu suas encomendas de abará. Hoje, com sua única fonte de renda, sustenta a casa onde vive com a mãe.

***EDUARDO DIAS E GABRIEL AMORIM, COM A ORIENTAÇÃO DO CHEFE DE REPORTAGEM JORGE GAUTHIER.**

DICAS DO SEBRAE: MEI É O CAMINHO PARA SAIR DA INFORMALIDADE

1

VANTAGENS DE SER MEI

O MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) TEM ACESSO A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A CRÉDITO BANCÁRIO. TAMBÉM PODE VENDER PARA OUTRAS EMPRESAS, EMITIR NOTA FISCAL, TER ALVARÁ, SE APOSENTAR, RECEBER SALÁRIO-MATERNIDADE E AUXÍLIO-DOENÇA; E PODE AINDA VENDER PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS.

2

PARA QUE SERVE CNPJ?

TER CNPJ FACILITA A ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA E PEDIDO DE EMPRÉSTIMOS; PERMITE EMITIR NOTAS FISCAIS; ALÉM DE TER OBRIGAÇÕES E DIREITOS DE PESSOA JURÍDICA.

3

COMO FORMALIZAR?

O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO É FEITO PELO PORTAL DO EMPREENDEDOR - PORTALDOEMPREENDEDOR.GOV.BR. O EMPREENDEDOR DEVE VERIFICAR SE A SUA ATIVIDADE PODE SER MEI, POIS, ALGUMAS NÃO PODEM SER ENQUADRADAS NESTA MODALIDADE.

4

QUAL É O LIMITE DE FATURAMENTO DO MEI?

O MEI DEVE TRABALHAR POR CONTA PRÓPRIA OU TER NO MÁXIMO UM FUNCIONÁRIO, FATURAR ATÉ R\$ 81.000,00 POR ANO E NÃO TER PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EMPRESA COMO SÓCIO OU TITULAR.

5

PODE TER MAIS DE UMA ATIVIDADE COMO MEI?

O MEI PODE TER ATÉ 16 ATIVIDADES DIFERENTES CADASTRADAS EM SEU CNPJ MEI, UMA COMO ATIVIDADE PRINCIPAL E OUTRAS 15 ATIVIDADES SECUNDÁRIAS.

6

QUAIS SÃO AS OBRIGAÇÕES DO MEI?

REALIZAR O PAGAMENTO MENSAL MÉDIO DE R\$ 55 ATRAVÉS DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL (DAS). NO QUESITO NOTA FISCAL, O MEI NÃO TEM OBRIGAÇÃO DE EMITIR O DOCUMENTO QUANDO VENDE OU PRESTA SERVIÇOS PARA PESSOA FÍSICA. NO CASO DE FORNECIMENTO PARA PESSOAS JURÍDICAS, É PRECISO EMITIR A NOTA DE SERVIÇO OU DE VENDA, DE ACORDO COM A ATIVIDADE EXERCIDA.

7

MEI SE APOSENTA?

AO FORMALIZAR O NEGÓCIO, O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) TERÁ ACESSO AO BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA POR IDADE, DESDE QUE TENHA ATINGIDO O TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO EXIGIDO POR LEI, QUE É DE 180 MESES - A CONTAR DO PRIMEIRO PAGAMENTO EM DIA DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL (DAS). O EMPREENDEDOR FORMALIZADO TAMBÉM CONTA COM COBERTURA DE AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, VIA DE REGRA, O TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO PARA USUFRUIR DESSES BENEFÍCIOS É DE 12 MESES, JÁ PARA O BENEFÍCIO DO SALÁRIO-MATERNIDADE SÃO NECESSÁRIOS 10 MESES DE CONTRIBUIÇÃO, TODOS A CONTAR DO PRIMEIRO PAGAMENTO EM DIA.

ENTREVISTA ANNA CARLA FRACALOSSI

Especialista explica como informais podem se aposentar

Mesmo trabalhando no mercado informal, é preciso contribuir com o INSS para garantir a aposentadoria. Ao CORREIO, a advogada, professora de direito previdenciário e doutoranda pela Ufba explica o que os trabalhadores informais podem fazer para garantir os benefícios da previdência. Confira:

Como um trabalhador informal pode se programar para a aposentadoria?

A previdência é contributiva, se a pessoa trabalha, ela deve contribuir. Nesses casos em que a pessoa trabalha para uma pessoa jurídica - como um médico ou dentista para um plano, ou serviços gerais, os chamados autônomos, ou contribuintes individuais -, existem as contribuições descontadas e repassadas. Mesmo que ela esteja trabalhando eventualmente.

E quando o trabalhador exerce a atividade não vincula-

do a uma empresa?

No caso daquelas pessoas que trabalham para outras pessoas físicas, a legislação dá a elas o dever de recolher 20% do total da remuneração alcançada no mês. O valor mínimo é de 20% do salário mínimo

E quem não tem condições de recolher 20% do mínimo, o que deve fazer?

Para os trabalhadores que não têm condição de recolher 20% de um salário mínimo, existe a chamada alíquota diferenciada. É o chamado contribuinte individual de baixa renda.

Essas pessoas recolhem 11% ou 5% de um salário.

Quais os direitos de quem recolhe nessa modalidade?

Salário maternidade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, pensão por morte e auxílio reclusão.